competindo às respectivas câmaras municipais a conservação das vias públicas e dos logradouros comuns dos agrupamentos.

Art. 29.º As moradias económicas ficam sujeitas, para o efeito de quaisquer obras a executar pelos seus moradores-adquirentes, às disposições regulamentares da construção urbana em vigor na localidade do respectivo agrupamento, sem prejuízo das normas técnicas adoptadas na sua construção.

§ 1.º As bemfeitorias e as obras de conservação nas casas económicas ficam exclusivamente a cargo dos seus moradores-adquirentes e não poderão ser executadas sem licença das câmaras municipais.

§ 2.º As licenças referidas no parágrafo anterior serão gratuitas durante o período de isenção da contribuição predial de que gozam as moradias e só poderão ser concedidas mediante parecer favorável da comissão de fiscalização do respectivo agrupamento.

Art. 30.º Por cada agrupamento de casas económicas, ou por conjunto de agrupamentos de menor importância, serão constituídas comissões de fiscalização, compostas de três vogais, delegados, respectivamente, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, do Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e da câmara municipal interessada, e pelas mesmas entidades designados.

§ 1.º As comissões de fiscalização funcionarão junto das câmaras municipais e serão nomeadas pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

§ 2.º Os vogais das comissões de fiscalização perceberão uma gratificação mensal de 500\$.

Art. 31.º Compete às comissões de fiscalização, em relação ao agrupamento ou agrupamentos de casas económicas a seu cargo:

a) Velar pela conservação da unidade estética e da higiene, do conjunto e das condições estéticas e sanitárias de cada moradia individualmente;

b) Velar pelas condições morais e sociais dos moradores-adquirentes;

c) Fiscalizar a execução das bemfeitorias e obras de conservação nas casas económicas;

d) Solicitar das câmaras municipais a intimação, aos moradores-adquirentes, das bemfeitorias e obras de conservação resultantes do disposto no artigo 29.º e de outras que, de harmonia com as instruções superiores, forem reconhecidas necessárias;

e) Exercer a sua acção em harmonia com as directivas que lhe forem dadas pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social ou pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por intermédio do Serviço de Construção de Casas Económicas, em tudo o que respeite a obras;

f) Sugerir superiormente as medidas julgadas necessárias ou convenientes para a perfeita integração dos agrupamentos de casas económicas no espírito que orienta a política do Governo em matéria de casas económicas;

g) Organizar e manter actualizado um ficheiro-cadastro dos moradores-adquirentes, com elementos que permitam ajuizar das suas condições sociais e económicas.

Art. 32.º As comissões de fiscalização terão o seu regulamento privativo, o qual será aprovado pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ouvido o Ministério das Obras Públicas e Comunicações e a câmara municipal respectiva.

Art. 33.º As despesas com o funcionamento das comissões de fiscalização constituirão encargo do Fundo de casas económicas.

Art. 34.º São aplicáveis aos agrupamentos de casas económicas já construídas ou em construção as dispo-

sições dos artigos 3.º a 5.º e 28.º a 30.º e as dos artigos 7.º, 8.º, 12.º, 16.º, 19.º e 25.º a 27.º, em relação às moradias dos agrupamentos ainda não distribuídos.

Art. 35.º A percentagem fixada no § 4.º do artigo 26.º do decreto n.º 25:935, de 12 de Outubro de 1935, e bem assim a percentagem fixada no § 4.º do artigo 25.º do decreto n.º 28:321, de 27 de Dezembro de 1937, para o emprêgo de valores das caixas sindicais de previdência e das caixas de reforma ou de previdência nas aplicações previstas nas alíneas c) e d) das referidas disposições, passam a ser de:

Aplicações previstas na alínea c) — 40 por cento.

Aplicações previstas na alínea d) — 75 por cento.

Art. 36.º O Ministro das Obras Públicas e Comunicações e o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social promoverão a perfeita execução dêste diploma, resolvendo por despacho as dúvidas e omissões que se suscitarem.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 33:279

Dada a elevada afluência de alunos aos cursos do Instituto de Medicina Tropical, tem-se verificado que o quadro do seu pessoal docente é deficiente para que o ensino seja ministrado em condições plenamente satisfatórias.

Por outro lado, torna-se necessário que o Instituto de Medicina Tropical contribua, de uma forma cada vez mais activa, para a solução dos vários problemas médicos coloniais mediante a realização de trabalhos de investigação nesse campo da ciência.

Destas duas ordens de factores resulta a necessidade de alargar os quadros do seu corpo docente, pessoal técnico auxiliar e pessoal menor.

Na selecção do seu pessoal docente convém porém ao Instituto que os médicos com prática nas colónias se não desinteressem dos cargos de professores efectivos, professores auxiliares e assistentes. Assim, o ensino será ministrado por quem tenha conhecimento directo do meio colonial, habilitando consequentemente os alunos com conhecimento que só a prática pode dar.

Convém também ao Instituto de Medicina Tropical assegurar uma assistência médica cabal aos doentes que porventura hajam de ser baixados à sua enfermaria escolar, e daí a necessidade de ser criado um lugar de médico adjunto da mesma enfermaria.

Com o fim ainda de estimular a investigação científica no campo da medicina tropical e assim contribuir para que se crie uma literatura médica colonial portuguesa, é estabelecido um prémio de medicina tropical.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É fixado da seguinte forma o quadro do corpo docente do Instituto de Medicina Tropical:

Director	1
Professores efectivos	5

Professores auxiliares	5
Assistentes contratados	5
Assistentes livres — número indeterminado.	

§ 1.º O director deverá reger uma cadeira do Instituto.

§ 2.º O vencimento anual de cada assistente contratado é de 13.200\$.

§ 3.º O Ministro das Colónias autorizará em cada ano económico o número dos professores auxiliares e dos assistentes contratados que fôr necessário, sem exceder os números fixados no corpo dêste artigo.

Art. 2.º Os quadros do pessoal técnico auxiliar e o dos serventes passam a ser constituídos da seguinte forma:

Preparadores	3
Ajudantes de preparador	5
Serventes	6

§ único. O Ministro das Colónias autorizará em cada ano económico o número de ajudantes de preparador que fôr necessário, sem exceder o número fixado no corpo dêste artigo.

Art. 3.º Os médicos dos quadros das colónias que hajam de se deslocar à metrópole com o fim de exercer funções docentes no Instituto terão direito ao respectivo vencimento metropolitano de categoria por conta da colónia a que pertencerem e, além dêsse vencimento, e como vencimento de exercício pago pelo orçamento do Instituto, a uma importância igual à do vencimento do lugar que vierem desempenhar.

§ 1.º Os professores e assistentes que forem médicos do quadro comum do Império não abrem vaga no mesmo quadro durante o período em que estiverem contratados para exercerem funções docentes no Instituto.

§ 2.º Os médicos a que alude o presente artigo terão direito a passagens em 1.ª classe, que lhes serão pagas pelo Instituto de Medicina Tropical. No caso, porém, de os médicos terem já direito a licença graciosa, as passagens referidas neste parágrafo serão pagas, nos termos da lei, pela respectiva colónia.

Art. 4.º É criado o lugar de médico adjunto da enfermaria escolar, que será nomeado em comissão de serviço de entre os médicos do quadro de saúde das colónias pelo Ministro das Colónias e que terá direito a vencimentos iguais aos dos assistentes contratados do Instituto.

§ único. Aos médicos a que alude o presente artigo são applicáveis as disposições do artigo anterior.

Art. 5.º É estabelecido um prémio de 6.000\$, designado «Prémio de Medicina Tropical», destinado ao melhor trabalho original sôbre assuntos de medicina tropical.

§ 1.º Poderão concorrer ao Prémio de Medicina Tropical os assistentes contratados e assistentes livres do Instituto e todos os médicos que exerçam ou hajam exercido a sua actividade nas colónias.

§ 2.º Os concorrentes ao Prémio de Medicina Tropical requererão ao director do Instituto de Medicina Tropical a sua admissão ao concurso desde 15 a 31 de Outubro, devendo o requerimento ser acompanhado de seis exemplares do trabalho apresentado e de seis exemplares de uma memória descritiva sôbre títulos e actividades do concorrente.

§ 3.º Os trabalhos entregues serão apreciados pelo conselho escolar do Instituto, que decidirá, sem recurso, dos que devem ser admitidos e do que deve ser premiado, podendo, se assim o entender, conceder também menções honrosas.

§ 4.º Os trabalhos premiados no concurso não poderão ser admitidos aos concursos seguintes e os originais apresentados não serão devolvidos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio

Decreto-lei n.º 33:280

O Governo tem inalteravelmente afirmado o seu intuito de assegurar, na medida do possível, a frequência das escolas técnicas a todos os que nelas desejam ingressar e se encontram aptos a fazê-lo. Os respectivos serviços vêm procedendo, por isso, em conformidade com este princípio de política pedagógica.

O início do novo ano escolar trouxe às escolas do ensino técnico profissional, especialmente às comerciais de Lisboa, dificuldades que os meios materiais de que dispõem lhes não permitem resolver. A frequência das quatro últimas era há dez anos de 3:352 alunos e há cinco de 4:985. No corrente as inscrições subiram a mais de 8:000. Mais de um milhar de alunos, já matriculados ou apenas inscritos, não poderão receber ensino sem que se desdobre a Escola Veiga Beirão e sem que se organize o funcionamento num ou mais liceus de Lisboa das turmas nocturnas sobranes das outras escolas.

O desdobramento dos serviços escolares, imposto pela contínua invasão de novas massas discentes, põe em evidência o problema da articulação hierarquizada dêsses serviços e exige que seja imediatamente resolvido de acôrdo com os estudos já realizados pela Comissão de Reforma e na linha de soluções cuja validade não depende, evidentemente, das características particulares da orgânica actual ou da que vier a ser definida.

Trata-se de fornecer às escolas meios de acção educativa e administrativa que não poderão, em qualquer regime, dispensar-se.

Sem possibilidades de tempo e sem um grupo de immediatos e permanentes colaboradores é impossível, a quem dirige uma escola de grande frequência ou de acentuada feição politécnica, imprimir sentido de unidade e forma coordenada a todos os aspectos de vida colectiva.

O pessoal de secretaria tem de ser, em qualidade e número, o que é exigido por uma boa administração.

O pessoal menor tem de ser aumentado, embora segundo norma da mais estrita economia.

É igualmente inadiável atender às condições peculiares em que funcionam as escolas das ilhas adjacentes e dotá-las com os meios que lhes permitam resolver as maiores dificuldades que têm defrontado.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo de-